

Economistas e empresários discutem equacionamento da dívida social do estado

por Nora Gonzalez
de São Paulo

O equacionamento da dívida pública e social, embora tenha sido prerrogativa do então candidato Fernando Collor de Mello, ainda está longe de uma solução satisfatória. Segundo cálculos do economista Paulo Rabello de Castro, o montante da dívida social é de US\$ 300 bilhões nos últimos cinco anos, correspondente ao capital subtraído do público.

Rabello chegou a essa cifra pela relação entre a renda que se deixa de gerar no País a cada ano e o respectivo estoque de capital faltante para um PIB US\$ 100 bilhões inferior ao potencial brasileiro. Somados esses números nos últimos cinco anos, o economista atinge US\$ 300 bilhões. "Há pelo menos US\$ 7 bilhões de contribuições para a Previdência em atraso e um total de cerca de US\$ 15 bilhões pendentes, onde a União é preposta (não tem crédito), em setores como o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), o INSS ou o Pis-Pasep." Esses US\$ 8 bilhões, pelo menos, foram desviados de seus fins. "Os estados chamam esses recursos de 'verba' quando na verdade são patrimônio dos trabalhadores", disse Rabello, no Congresso "Reforma do Sistema Financeiro Nacional", promovido pela Universidade de São Paulo (ver matéria nesta página e na página 23).

Com ele concorda o empresário e diretor da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), Roberto Jeha. "Estamos começando a ver as primeiras manifestações de uma revolta social, onde a indústria não tem como pagar os impostos nem recursos para investir e começa a demitir", disse.

O afastamento dos consumidores do mercado de bens duráveis também foi apontado pelo presidente da Associação Comercial de São Paulo, Lincoln da Cunha Pereira, que pediu regras estáveis para o crédito, cujas concessões caíram de US\$ 1,5 bilhão em 1986 para US\$ 300 milhões em 1991.

O economista Joaquim Elói Cirne de Toledo previu para os próximos meses a aceleração da inflação. "O governo deveria evitar uma indexação mais forte da dívida pública. Isso não adianta sem antes criar um superávit primário doméstico elevado, que viabilize política monetária e juros elevados", explicou. "Senão, podemos ter o Plano Collor III, IV, ou o Lula XXVII que não vai resolver", disse.